

Agricultura, entre a euforia e a depressão

A agricultura brasileira oscilou, no primeiro semestre deste ano, entre a depressão e a euforia. E fechou os primeiros seis meses com a perspectiva de dias difíceis no restante de 1985, com um balanço que não pode ser considerado totalmente negativo, mas que também está longe de representar um indicio da sonhada recuperação.

O princípio do semestre foi particularmente trágico, simplesmente porque o governo Figueiredo não liberou recursos para o setor, no momento em que o dinheiro era tão necessário para a comercialização. Por mais que os representantes do setor protestassem, não houve solução e a única esperança passou a ser a Nova República que prometia (como todos os governos anteriores) dar prioridade à agricultura.

A partir de 15 de março, a situação mudou completamente: apesar da doença de Tancredo Neves, que deixou a administração paralisada, o governo entrou no setor rural disposto a mos-

trar que, desta vez, a prioridade era para valer. Para começar, os recursos para escoamento da safra foram liberados nos níveis desejados a cada mês, chegando a Cr\$ 6 trilhões em maio e a pouco mais de Cr\$ 7 trilhões em junho.

O governo mostrou disposição também ao comprar a produção, obedecendo à política de preços mínimos estabelecida no governo anterior e aliviando os produtores. Mas, aí, começaram a surgir os problemas.

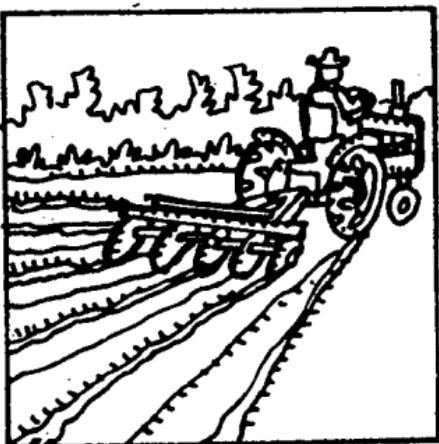
ESTOQUES ELEVADOS

Acontece que os preços mínimos ficaram acima da cotação de mercado e houve entrega maciça de produtos ao governo, até de soja, pela primeira vez na história. Resultado: os armazéns do governo ficaram lotados e, em muitos casos, não havia onde colocar os produtos vendidos pelos produtores à CFP.

Como resultado, o governo ficou com grande quantidade de produtos, o que poderia ser bom para a política de combate à inflação. Mas surgiu nova

dificuldade no momento da desova dos estoques — o Ministério da Fazenda queria liberar os produtos no momento em que houvesse ameaça de escassez, enquanto o Ministério da Agricultura pedia correção no preço para evitar prejuízos aos produtores.

A situação serviu para mostrar, também, que a armazenagem é deficiente. Para esta safra, que deverá ser de 54 milhões de toneladas (um recor-



de), a capacidade de estocagem é tecnicamente mais que suficiente, pois chega a 64 milhões de t. No entanto, segundo o engenheiro agrônomo Sinézio Marini, os armazéns estão mal distribuídos, com concentração em algumas regiões, além de a armazenagem estar sujeita às dificuldades do sistema de transporte e aos problemas de estocagem adequada de alguns produtos perenes.

ALTA RECORDE E SOJA

E uma prova de que nem sempre o controle dá certo foi dada por alguns hortigranjeiros, no início de junho, quando uma onda de frio foi a desculpa para que o chuchu subisse 165% e a abobrinha 160% em apenas uma semana, comprometendo as metas de baixar radicalmente a inflação.

De qualquer maneira, ficou o consolo da colheita de uma safra que consolidou o rompimento da "barreira" das 50 milhões de toneladas, com destaque para o milho, que deve ter produção de

27 milhões de t contra 21,18 milhões na safra anterior, feijão, com 2,8 milhões de t (7% acima da produção de 83/84), e soja, que deve ter a produção recorde de 16 milhões de toneladas.

Para a soja, no entanto, esse recorde tem pouco significado — os produtores estão desesperados porque o preço insiste em cair no mercado internacional e está em baixa também a nível interno, embora o produto tenha sido o maior beneficiado com a liberação de financiamentos governamentais, recebendo Cr\$ 590 bilhões (500% a mais que em 83/84).

Quanto ao crédito, permaneceu a indefinição, porque até o início de julho o governo ainda não tinha fixado sua estratégia para o setor. Flávio Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira, considera que, se essa definição não acontecer já, "iniciaremos a nova safra, no segundo semestre, da mesma maneira que nos outros anos — desanimados".